

Gabriela Maresch, Programa de Mestrado e Doutorado em Educação, Universidade do Vale do Itajaí, Brasil, gamaresch@gmail.com

Tânia Regina Raitz, Programa de Mestrado e Doutorado em Educação, Universidade do Vale do Itajaí, Brasil, e-mail raitztania@gmail.com

MESA 36 | Trabajo y Subjetividad: Marcos teórico- conceptuales para el estudio de los Sujetos Laborales en la modernidad contemporánea en América Latina.

A INSERÇÃO LABORAL DE JOVENS NA CONTEMPORANEIDADE

Resumo: O tema da inserção laboral de jovens universitários tem se mostrado extremamente complexo, pois a transição desde a universidade ao mercado de trabalho apresenta trajetórias cada vez mais ímpares, em função das profundas transformações no mundo do trabalho. A abordagem sobre o assunto leva a outra problemática na atualidade sobre os modelos explicativos e fatores associados ao abandono universitário. Os aspectos individuais, contextuais e sociais têm sido considerados nesses fatores. As reflexões sobre os novos rumos da transição universitária ao mundo do trabalho tem se tornado preocupações centrais de gestores, professores e pesquisadores de diversas áreas. Este estudo busca refletir sobre os fatores que influenciam o processo de inserção de jovens universitários a partir da revisão da literatura sobre o assunto. Os resultados mostram que as mudanças no mundo contemporâneo geram um prolongamento na inserção dos jovens devido a um descompasso entre estes e suas famílias, universidades e mundo do trabalho. Diversos fatores corroboram para isso: dúvidas na escolha profissional, ausência de estágios, falta de apoio da família, falta de adequação das universidades e do governo no contexto apresentado. Para amenizar esses problemas se sugere mais investimentos em orientações vocacionais e profissionais.

Palavras-chave: inserção laboral, jovem universitário, mundo do trabalho.

Introdução

As mudanças no cenário profissional contemporâneo impactaram as lógicas globais acarretando alterações na relação indivíduo-trabalho, bem como nos modos de subjetivação. Consequentemente, surgiu o ar de incerteza dos novos tempos, tempo histórico que coloca muitos desafios aos jovens e permeia o meio pelo qual os egressos estão deixando o ambiente universitário para entrar para o mundo do trabalho. Essas transformações vêm configuradas por uma responsabilidade individual, atribuída pelo discurso neoliberal como condição exclusiva para o sucesso profissional (Valore e Selig, 2010), exigindo novos conhecimentos, novas habilidades e estratégias para entrar

ou continuar fazendo parte do contexto do trabalho na contemporaneidade, conforme argumenta Schiessl e Sarriera (2004).

A redução dos postos de trabalho foi provocada pela nova organização do trabalho (reestruturação produtiva, novas tecnologias, intensificação e precarização das relações de trabalho, exigências por relações mais flexíveis, etc), em que a competição se tornou mais acirrada, assim como necessárias alternativas para amenizar diversos problemas relacionados ao trabalho. De La Garza (2012) se referindo à reestruturação produtiva, menciona que sua origem está pautada na grande crise capitalista na segunda metade dos anos 80, do século XX, alegando que muitos atribuíram como uma crise do crescimento da produtividade no interior das empresas. Essas reestruturaram a tecnologia, houve alteração da organização do trabalho (toyotismo), mudanças nas relações de trabalho (flexibilização), exigências no perfil dos trabalhadores (por maior qualificação) e a cultura laboral (identificação com a empresa). Fatores já comentados pelo autor em 1997.

Conforme De La Garza (2012) durante uma década de reestruturações essas empresas se modificaram em sua configuração sociotécnica (revolução tecnológica, forma de organização, nível de flexibilidade do trabalho, nível de qualificação da mão de obra, cultura do trabalho). Desta forma, complementa Silva (2006) um comportamento mais flexível com mais capacidade de abstração e atenção começa a ser requerido pelo processo de mundialização do capital que se segue na década de 90, do século XX.

Este cenário apresenta transformações do mundo do trabalho, para além de uma ética do trabalho formal, portanto, os jovens de vários países se viram largamente atingidos em sua inserção profissional ou na chamada transição acadêmica e laboral. A perplexidade se expressa mais exatamente pela perda de sentido e desvalorização do trabalho, causando decepção nos sujeitos da sociedade contemporânea, pois o trabalho já não atende aos anseios dos sujeitos, que dele esperam muito mais do aquilo que tem significado atualmente, dependendo da área isso se torna ainda mais complexo. Isso em função do modo como foi institucionalizado através do emprego, e também pelas indagações que emergiram dessa situação, sobre os sentidos dos termos sujeito, identidade e trabalho (Bendassolli, 2007, Antunes, 2003).

É importante e imprescindível considerar que no panorama atual a estrutura laboral está sujeita a mudanças velozes, em períodos de crises drásticas acaba influenciando não só as variações econômicas, mas também os aspectos do

desenvolvimento tecnológico que aliado aos processos da globalização da economia tem impacto significativo sobre as lógicas de produção, organização do trabalho e a flexibilidade do mercado de trabalho, que sem sombra de dúvidas afeta as formas de contratação e de inserção profissional.

Rodríguez-Moreno, Álvarez-González, Figuera-Gazo, Rodríguez-Espinar (2008) sugerem que devemos ter em mente que as tendências globais apresentam um mercado de trabalho que não é uniforme, portanto, as variações (quanto aos ciclos econômicos e as lógicas de produção e de organização laboral) não afetam da mesma forma todos os níveis de estratos. Diante deste contexto, o tema da inserção laboral de jovens universitários tem se tornado cada vez mais complexo, uma vez que a dinâmica do mundo do trabalho apresenta uma intensa heterogeneidade naquilo que se refere às trajetórias juvenis e o mercado de trabalho. Esta problemática se insere nos estudos sobre juventude, trabalho e educação e nas reflexões sobre os novos rumos da transição universitária ao mundo laboral e das preocupações centrais de gestores, professores e pesquisadores de diversas áreas. Portanto, esse estudo trata-se de uma discussão teórica do processo de inserção de jovens universitários a partir da revisão da literatura sobre o assunto.

O jovem universitário na atualidade experimenta um tempo histórico diferente, inclusive daquele vivenciado por seus pais. O processo de transição da universidade ao mundo do trabalho ganha novos e diferentes dimensões, com o crescimento do número de cursos superiores e com “as estatísticas veiculadas na mídia sobre o desemprego e o alargamento do tempo de permanência na universidade, dentre outros fatores”. Nesta perspectiva, “ser um formando posiciona o sujeito na convergência entre o sistema educativo e o sistema produtivo, no paradigma da qualificação para o trabalho” (Pochmann, 1998, 2007; Antunes, 2006; Teixeira & Gomes, 2004, Apud, Dias e Soares, 2012, p. 274).

Figuera-Gazo (1996) em seu estudo com jovens universitários da Universidade de Barcelona explica que a inserção profissional numa perspectiva psicossocial deve considerar a qualidade da inserção dos universitários e das universitárias que se configura num importante indicador para poder avaliar em que medida a universidade atende a sua crescente função profissionalizante. Conforme discorre, o processo de inserção tem suas raízes na natureza interativa das variações pessoais e contextuais que conferem sua natureza como um fenômeno psicossocial e representa a síntese da projeção humana: individual e social. O marco da transição da universidade ao mercado

laboral, segundo a autora, se constitui numa das transições vitais mais relevantes da vida do sujeito. É nessa perspectiva que o grupo de pesquisa “Educação e Trabalho”, do programa de Mestrado e Doutorado em Educação, da Universidade do Vale do Itajaí - Santa Catarina tem centrado suas pesquisas, dada a dimensão e importância que a temática se tornou nos dias atuais.

O conceito de juventude em tempos de mudanças históricas

Schiessl e Sarriera (2004) salientam que as mudanças no mundo do trabalho acabam também por exigir novos conhecimentos, novas habilidades e estratégias para entrar ou continuar fazendo parte do contexto do trabalho. A redução dos postos de trabalho e também a competição mais acirrada levam a pensar em alternativas para amenizar esses problemas, como por exemplo, a invenção de astúcias e estratégias de emprego no mercado de trabalho atual. Essas transformações não dizem respeito somente ao mundo do trabalho, mas também ao mundo cultural contemporâneo que leva, inclusive, a ressignificar conceitos como juventude.

Pais (1993) argumenta que inúmeros conceitos, diferentes olhares e teorias explicam a juventude na atualidade. Desta forma, o olhar que se tem na vasta bibliografia existente sobre o assunto, por um lado, auxilia e, por outro, pode confundir diante de tantas rotas, escolhas, pontos de partida, abordagens, agudezas, intensidades, problemáticas, similitudes, relações e diferenciações, elaboradas por diversas áreas do conhecimento: sociologia, antropologia, psicologia, história, economia, educação e outras. Nesta pluralidade de ênfases constitutivas, que denotam não só uma, mas várias juventudes busca suporte em alguns autores que vêm direcionando suas pesquisas, análises e debates aos problemas que afetam a juventude contemporânea no contexto socioeconômico e cultural, realizando um breve recorte nas interpretações e análises, para deixar claro neste estudo de que lugar se fala quando mencionamos os jovens.

Shinyashiki (2011) considera-se que apesar nas últimas décadas existir um movimento na defesa da juventude como uma classe social, com seus benefícios, etc, o acontecimento de alguns movimentos aclamados por toda a sociedade contribuiu para esse entendimento. Observando a gênese de definições como adolescência e juventude, constata-se que elas vêm sendo moldadas ao longo do século XX e durante estes 15 (quinze) anos do século XXI. Embora a suposta visibilidade no presente da juventude, não dá para negar que muitos grupos ainda continuam sofrendo imposições sociais que

impedem o exercício de sua autonomia, ou seja, as potencialidades que existem em cada um de nós, no desenvolvimento de sujeitos, na sua totalidade. Essa mutilação sofrida por muitos jovens e adolescentes não ocorre sem conflitos, talvez aí aconteça o resgate de seus recursos potenciais, porque eles continuam protestando contra os olhares em sua negatividade, mesmo sem perceber, mesmo que não estejam organizados.

A constituição de abertura e flexibilidade encontrada na literatura existente faz perceber que as categorias adolescência e juventude não aparecem como unas e homogêneas, mas, em muitos casos, alguns autores chegam a tratá-las como sinônimos, causando certa confusão. Uma posição metodológica mais adequada ou necessária no campo semântico da juventude é defendida por Pais (1993) quando argumenta que o olhar que se tem em sua aparente unidade deve ser transposto também em sua diversidade. Não há, de fato, um conceito único de juventude que possa abranger os diferentes campos semânticos que lhe aparecem associados. As diferentes juventudes e as diferentes maneiras de se olhar essas juventudes corresponderão, pois, necessariamente, a diferentes teorias (Pais, 1993).

Desta maneira, apropriar-se-á do que sugere Pais (1993) para escapar das generalizações homogêneas que propõe olhar para a tese das reações diferenciadas dos jovens em relação ao trabalho, ao emprego e o desemprego. Caso se considerar que a juventude não é apenas um elemento da diversidade, mas contém unidade e diversidade, uma vez que os jovens vivem realidades sociais bastante diversas e constroem identidades também individuais e coletivas distintas, pode-se dizer que estes assumem características tão diversificadas quanto os universos de relações sociais possíveis. É nessa perspectiva teórica, nessa forma de considerar o jovem que se filia o presente texto.

Para uma compreensão do significado social da juventude moderna e contemporânea, o primordial é descartar a faixa etária como caráter absoluto e universal. Conforme Groppo (2013) a juventude é uma categoria social e a modernização criou categorias etárias que orientam o comportamento social. Também é preciso correlacionar a juventude com outras categorias sociais como classe social, nacionalidade, região, etnia, gênero, religião, condição urbana ou rural, momento histórico, grau de desenvolvimento econômico e muitos outros contextos em que esse jovem vive. O que se tem são grupos juvenis múltiplos e diversos, pois quando há a maior parte desses na sociedade, maior a mistura de idades.

Além do mais, devemos considerar o fato de que a categoria juventude configura muitos traços semelhantes e diferenciados. Segundo Cassab (2011, p. 159) “São tantas as juventudes quantas são as classes sociais, a etnia, a religião, o gênero, o mundo urbano ou rural e os tempos”. Isso significa dizer que a juventude é uma categoria socialmente construída, nesse contexto, é que podemos falar de sua mutabilidade ao longo da história e como uma representação simbólica produzida pelos grupos sociais. Foi justamente em conformidade com a organização social predominante que os sentidos e representações da juventude se modificaram desde o Império Romano (jovem romano) à Modernidade (jovem da modernidade). Portanto, como argumenta a autora, “uma representação simbólica e uma situação vivida em comum pelos indivíduos jovens, construída e reconstruída no próprio movimento da sociedade, diferenciando-se espacial e temporalmente”. Todavia, o grande esforço é compreender “a juventude como uma categoria social permanentemente sendo (re) pensada”, isso representa “interrogar a existência de uma juventude homogênea no tempo e no espaço” (Cassab, 2011, p. idem).

As famílias, as universidades e a própria sociedade, muitas vezes, não conhecem totalmente o que acontece com a juventude atual. A universidade cada vez mais procurada como alicerce para esses jovens trilharem um caminho mais fácil de ascensão ao mercado de trabalho, nem sempre tem cumprindo o papel de facilitadora no processo de inserção do jovem no mercado de trabalho (Carrano, 2009). Para tanto, é fundamental aprofundar cada vez mais o tema e o desenvolvimento de pesquisas que venham a ter a centralidade do processo de inserção de jovens universitários em sua trajetória laboral.

Revisitando a literatura: trabalho e o processo de inserção profissional dos jovens universitários

A princípio é importante resgatar como ponto de partida alguns estudos que trazem o contexto do trabalho como fundamental na perspectiva da discussão sobre a temática que se insere esse texto. Almeida (2012), na linha de raciocínio dos estudos de Marx, enfatiza que a realização do trabalho deve ser para o homem motivo de satisfação e reconhecimento da sua espécie, uma atividade que o proporciona prazer e não sofrimento como acontece no modo de produção capitalista, em que a força de trabalho passa a ser um objeto, uma mercadoria passível de comercialização. As análises do

trabalho por intermédio das relações desenvolvidas pelo sistema capitalista definiram-se como alienado, por muitas vezes, privando o indivíduo da sua própria natureza, valorizando o capital e diminuindo o trabalho humano. Pais (2001), afirma que atualmente esse sentido está desfocado, mantendo o significado de obrigação, de esforço e até de sofrimento, dependendo da situação que se vive o trabalho.

De La Garza (1997, apud, Migliavacca, 2010) determina a diferença que há entre trabalho e não trabalho, não determinado pelo tipo do trabalho, ou do objeto que se usa, mas por suas articulações sociais de subordinação, cooperação, exploração e autonomia. A partir da década de 70 do século XX, percebe-se um esgotamento do padrão de acumulação configurado taylorista/fordista, cujas características têm sido assinaladas por diversos autores, como uma crise estrutural do capital segundo Antunes (2003). Essa crise teria sua origem na tendência de diminuição da taxa de lucro, na incapacidade do capital de se reproduzir em grandes escalas em função do aumento da produtividade e taxas de lucratividade adequadas aos seus investimentos. Assim, essa crise é compreendida a partir da esfera da produção em que o modelo taylorista-fordista-keynesiano entra em retração.

Os fatos que contribuem para a crise do capital estão baseados nas elevações dos preços do barril do petróleo, em 1973 e em 1979. É justamente diante deste quadro de queda nas taxas de lucratividade e de crise no regime de acumulação capitalista que emerge a chamada reestruturação produtiva, especialmente a partir da década de 90, do século XX, articulada com a ascensão das políticas neoliberais e o processo de mundialização do capital. Está idéia estaria fundamentada na flexibilidade do trabalho, dos mercados e padrões de consumo.

Antunes (2000, apud, Migliavacca, 2010) salienta que no século XXI incrementou-se o trabalho precarizado e sua expansão por meio de outras formas de contratação: trabalho terceirizado, subcontratação ou part-time; incremento de assalariado no setor de serviços; e o aumento considerável do trabalho feminino. Neffa (2012) também contribui quando define precariedade, diz que em sua essência é a insegurança e instabilidade do trabalho, seu uso começou primeiramente no modo de produção capitalista e durante muito tempo os empregadores recorreram a ela quando necessitavam, sendo que não existiam organizações sindicais e não haviam efetivados os direitos dos trabalhadores.

O toyotismo que é uma nova forma de organização do trabalho, exemplificada por De la Garza (2012), a flexibilização interna, salarial e funcional formaram parte

deste processo com características de trabalho em equipe, polivalência, mobilidade interna, requalificação, nova cultura laboral com participação e envolvimento dos trabalhadores. As relações laborais flexíveis representaram o prolongamento da jornada na acumulação do capital em nível global do trabalho, devido às necessidades da produção, trabalho em dias de descanso, redução das férias, ajustes laborais (contratos por tempo determinado, de aprendizagens, por exemplo). Isso significa dizer que a essência do toyotismo não se encontra somente na revolução tecnológica, mas em como utilizar melhor a mão de obra, para que seja mais produtiva, desde a questão organizacional e de relações de trabalho.

Nesse contexto, os jovens estão cada vez mais afetados em suas experiências profissionais, pois os contratos de trabalho exigem que essas características sejam evidentes, tanto do ponto de vista da objetividade laboral e da subjetividade nas relações individuais e sociais. Neffa (2012) demonstra como emerge assim um novo paradigma produtivo para satisfazer: a demanda, a variedade, a qualidade, a produtividade, a redução de custos e estruturas organizativas mais horizontais para favorecer a comunidade interna, buscando a adesão e a integração do trabalhador na empresa.

A flexibilização influencia, bem como é influenciada pela volatilidade da economia nacional e internacional, em que o volume de demanda não é bem definido devido o fenômeno de mundialização. A própria flexibilização do trabalho pode colaborar para a subcontratação dos trabalhadores se desenvolvendo em todos os ramos e atividades econômicas. A sugestão seria a atualização na formação de seus conhecimentos e na medida do possível poder torná-los polivalentes. Por sua vez, a polivalência é um conceito que envolve a diminuição dos custos e como consequência uma intensificação na carga de trabalho. Costumeiramente, os trabalhadores não se opõem a essas exigências, pois essas dependem da continuidade dos seus empregos ou do crescimento a outros cargos com maior responsabilidade.

Essas ações acabam beneficiando os trabalhadores mais jovens e com maior formação. Pode-se dizer que obviamente esse esforço de maior qualificação deveria ser reconhecido com maiores salários e com promoção social, mas muitas vezes não é isso que ocorre. Em função das mudanças no sistema produtivo durante o regime de convertibilidade (1991-2002) o trabalho e o emprego sofreram transformações e fortaleceram a insegurança e instabilidade no mercado de trabalho, tanto para pessoas mais velhas como para os jovens. É notório, quem ocupa primariamente os empregos precários são principalmente os jovens com baixa qualificação profissional, os

trabalhadores adultos no final da vida ativa que são despedidos prematuramente, os trabalhadores estrangeiros de países vizinhos sem documentação e com baixos níveis de documentação, as mulheres chefes de família com responsabilidades familiares e com baixo nível de qualificação, os trabalhadores emergentes do desemprego empregados através de políticas de emprego.

O modelo econômico taylorista/fordista deu origem às tendências pedagógicas conservadoras em todas as modalidades e encontram-se possíveis divisões entre os que pensam e os que agem bem como uma pedagogia escolar centrada às vezes nos conteúdos e às vezes nas atividades. Entretanto, a crise do início dos anos 70, do século XX, modificou esse quadro, mudando o modelo com base na produção e organização taylorista/fordista para um novo modelo tecnológico e produtivo, chamado de toyotismo, que nasceu a partir de uma fábrica da Toyota e se espalha para todos os países do mundo, sem exceção.

O processo leva que uma reestruturação econômica envolve três eixos principais: a chegada de novas tecnologias e micro tecnologia, novas maneiras de organização do trabalho, mudanças na gestão de recursos humanos e estratégias empresariais. E como características principais o consumidor está cada vez mais atento a qualidade dos produtos, obtendo também uma maior acumulação que é resultante do avanço tecnológico. Por fim, ainda um perfil de mais exploração dos trabalhadores exigindo um perfil flexível, com autonomia e polivalência. Exigências essas que refletem diretamente na formação profissional e no sistema educacional. Nesse sentido, ao longo dessas mudanças, a prática educacional oferecida nas escolas no Brasil se moldou no sentido de aperfeiçoar a produtividade das empresas. A sociedade capitalista de hoje está altamente influenciada por esse modelo de organização do trabalho e também se estende a diversos setores sociais (Almeida, 2002), inclusive a juventude contemporânea é influenciada por estes modelos quando se trata da inserção profissional.

O termo juventude como já citamos define-se como indivíduos que estão sendo construídos com base nas suas características pessoais, nas informações, nas experiências e oportunidades propiciadas pela família e pelo contexto social/econômico, incluídas as políticas públicas (Camarano, 2004). Nas pesquisas já realizadas diante de inúmeras preocupações que possuem os jovens como corpo, identidade, conflito sexuais e familiares, esses se encontram preocupados também com assuntos de desemprego, crise econômica e escolha e inserção profissional (Schiessl e Sarriera, 2004).

A sociologia da juventude ao longo de décadas tem trazido o desenvolvimento de uma nova economia política interessante no estudo da juventude, uma crítica contundente que é o perigo de negligenciar nos estudos da juventude, não somente as condições materiais que moldam a vida dos jovens de hoje, mas o papel desempenhado pelo neoliberalismo nos prolongamentos atuais da juventude, a deterioração das condições de vida dos jovens e suas perspectivas econômicas diminuídas mais tarde na vida. Entretanto, pondera também para a compreensão das experiências, preocupações e ações dos jovens de hoje, necessidade de não olhar apenas para a condição estrutural (Sukarieh e Tannock, 2015).

Devido ao processo de globalização e ocorrência acelerada de mudanças é preciso conhecer como as gerações se formaram a partir do cenário mundial e também identificar as influências socio-históricas que as constituíram. Dessa maneira, inúmeras gerações são selecionadas para compor os organogramas das empresas e para inserção profissional. Tais gerações apresentam inúmeras diferenças entre si e são conhecidas como Baby Boomers, nascidos entre 1948 e 1963, X as pessoas nascidas entre 1964 e 1977, Y as que nasceram entre 1978 e 1994. Assim, novas gerações irão surgir e as constituições do quadro funcional das empresas se constituindo. Conforme Santos (2011) a educação igualmente é altamente influenciada de acordo com cada geração que se modifica.

Agora com chamada geração Z, nascidos entre 1995 até os dias atuais, estão no mercado de trabalho e saiu recentemente do ensino superior. Alguns autores definem essa geração como a geração tecnológica e conectada ao mundo digital, estes esperam que o mundo seja assim, conectado, aberto ao diálogo, veloz e global (Shinyashi, 2011). As características e necessidades dessas novas gerações estão promovendo transformações nas estruturas das escolas, universidades, empresas e no formato de trabalho. Isso significa menos hierarquia, ambientes mais lúdicos, horários mais flexíveis e trabalhos mais colaborativos, são algumas mudanças impostas por estes jovens.

Fatores que influenciam no processo de inserção dos jovens universitários: aspectos individuais, contextuais e sociais.

Especificadamente no que diz respeito aos jovens egressos universitários existe uma escassez de estudos sobre suas características e perfis, situações de trabalho,

escolha e inserção profissional. Muitos são tidos como privilegiados em estar na universidade. É necessário aumentar os esforços em pesquisas para entender e conhecer melhor qual o perfil do jovem universitário na atualidade, inclusive como se sente, pensa, age e sofre o jovem estudante atual, pois através disso que se desenvolvem suas crenças ao decorrer de seu percurso pessoal e social (Carrano, 2009). Faz-se necessário também uma reflexão crítica sobre os fatores que atualmente afetam a inserção no mundo do trabalho na atualidade, para tanto, é fundamental revisar quem é o sujeito que ingressa, sua formação universitária, processos de escolha e planejamento de carreira (Valore e Selig, 2010).

Por isso, o processo de transição da universidade ao mercado de trabalho necessita de adaptações e ajustes de todos os envolvidos. Isto representa que o aluno universitário precisará de um apoio para conseguir se integrar socialmente ao sistema educativo se identificar com a instituição, bem como enfrentar as novas exigências acadêmicas, etc., o qual requer a contribuição de todos os agentes na definição de seu projeto pessoal e profissional. É nesta complexa realidade socioeducativa que a orientação profissional se converte em um valor acrescido de desenvolvimento integral do estudante e na própria melhora da instituição educativa.

A fase de conclusão do curso universitário para muitos jovens representa a promessa de uma nova etapa no exercício e atuação da profissão escolhida, mas sabe-se que uma das maiores dificuldades vivenciadas pelos formandos é de inserção laboral. Na atualidade nem sempre um diploma universitário garante um emprego bem remunerado ou uma boa colocação no mercado de profissões. Conforme o contexto já exposto há uma nítida redução de empregos, especialmente para os jovens, é um mercado muito mais exigente com as habilidades e competências do indivíduo que acaba responsabilizando-o pelo sucesso ou fracasso desta experiência. Sem sombra de dúvidas, este tema está intimamente associado a outro fenômeno que tem se tornado uma temática recorrente e crucial nos centros de formação: o abandono universitário ou evasão escolar.

O desafio maior é ao inverso o sentimento de pertença e integração dos estudantes no ambiente acadêmico, neste sentido é essencial a identificação dos fatores explicativos relacionados à persistência em ajustar as estratégias de retenção em diferentes níveis institucionais. Muitos são os desafios do cenário atual quando se reflete sobre a escolha e inserção profissional de jovens universitários, neste sentido, a concepção que se tem de educação universitária está também centrada muitas vezes nas

habilidades de aprendizagem e no alcance das competências acadêmicas e profissionais do estudante que lhe permitirão desenvolver seu projeto pessoal e profissional para que consiga em última instância sua inserção laboral de forma planejada.

Sem sombra de dúvidas, as expectativas dos estudantes sobre sua inserção profissional apresentam uma complexidade que merece uma análise mais específica, pois estas interagem com as ações e promoção dos formandos universitários. Não há um único fator determinante que explica o êxito ou não na obtenção de um trabalho, mas um conjunto de fatores que interagem entre si: fatores pessoais (currículo acadêmico, características pessoais, contexto familiar) e fatores sociais (situação laboral), entretanto, o sistema educativo pode contribuir para que essa passagem seja mais positiva quando se existem diagnósticos acerca do desafio que seus alunos poderão vir a vivenciar no meio laboral e o próprio mundo do trabalho configurado como fatores contextuais.

Conforme Alfaro (2009), na maioria das ocasiões não existe um diálogo entre os diferentes níveis educativos em termos de competências e resultados de aprendizagem, o que provoca debates interníveis, e quando os existem se centram em taxas de fracasso, abandono e desajustes dos estudantes. Quando os sistemas educativos estão estruturados e suficientemente regulados por leis, decretos, resoluções, e normativas, o tema das transições parece ser relativamente fácil de lidar ou de funcionar. Porém, quando os sistemas educativos não estão bem regulamentados as transições pessoais tropeçam nos obstáculos, impedimentos educativos interpostos externamente entre níveis de habilidades dos sujeitos, pois a intervenção abordada por Alfaro não acaba com a tomada de decisões dos estudantes.

Por isso mesmo, tem-se o entendimento que a universidade também deve assumir um papel de suporte ao estudante no sentido de facilitar a inserção no mercado de trabalho. Figuera (1996, apud, Melo e Borges, 2007) sugere como política educacional a criação de uma estrutura universitária de informação sobre a dinâmica do mercado de trabalho que sirva de referência e de fundamentação para as decisões institucionais e os projetos profissionais dos estudantes, isto é, o desenvolvimento de programas de orientação e de intervenção, durante a fase de transição ao mercado de trabalho.

Apesar de se constituir em um momento extremamente importante na vida de muitos jovens, o período de transição entre a universidade e o mercado de trabalho ou de sua inserção profissional não tem recebido a merecida atenção dos pesquisadores,

gestores e educadores, é necessário focar com mais aprofundamento a questão. As expectativas no mercado de trabalho e as possibilidades de inserção são fundamentais quando se fala em satisfação na escolha do curso que se fez. Sabemos também que os fatores externos predominam as preocupações de jovens antes da tomada de decisão, conforme muitos autores. Em um estudo que avaliou as expectativas de estudantes formandos sobre a saída da universidade Teixeira e Gomes (2004) identificaram que a percepção de mercado desfavorável está associada a um menor grau de decisão de carreira e a percepção de mercado favorável a um maior otimismo quanto à inserção e obtenção de resultados. Os obstáculos percebidos no desenvolvimento vocacional dos indivíduos e de sua inserção profissional são extremamente complexos em si mesmo.

Conforme Rodrigues-Moreno (1998, p 149) deste marco de referência quando se trata da transição universitária ao mercado de trabalho pode-se dizer que, “a transição é o abandono de um conjunto de assunções prévias e a adoção de outro conjunto novo que permite enfrentar um espaço vital alterado”. Deste aporte se comenta também de transição evolutiva para referir-se a pontos de mudanças ao longo de períodos estáveis do processo vital. As transições ou transformações podem derivar de causas biológicas, sociológicas, meio ambientais, históricas e outras. Portanto, são duas dimensões pontuadas nos tipos de transição, uma pessoal (controle dos sentimentos, atitudes, emoções), e todo o outro conjunto de vivências próprias da vida pessoal e, a outra, seria a situacional, condicionada pela realidade social e laboral.

Em geral, segundo Rodrigues-Moreno (1998) se fala de transições múltiplas, todavia, sintetizadas em duas: o percurso desde a adolescência, a juventude e a vida adulta e o outro desde a escola à vida laboral ou o processo de trânsito desde as etapas de formação ao mundo do trabalho. Salienta a autora que é justamente esta transição que deve ser muito cuidadosa pelas instituições e os serviços de orientação. No caso específico da transição da idade adulta, o conceito se associa a uma perspectiva sociopsicológica, de fato, a transição se refere a qualquer tipo de mudança de trabalho de uma pessoa adulta.

Claro, que a conquista de um espaço no mercado não depende apenas de um diploma, mas também de características pessoais, competências específicas, redes de relações e capacidade de ajustar-se a diferentes demandas de trabalho. Entretanto, houve transformações tão impactantes na esfera do trabalho que as mesmas foram sentidas também no campo da educação e da família, principalmente nas últimas três décadas,

que abrangem o século XX e início do XXI. Todavia, ainda conforme Spósito (2005, p.91), desponta nos últimos três anos outra nova condição juvenil presente nas análises contemporâneas, em função de formas dominantes que condicionam e se fazem características na juventude dos dias atuais “quer por sua adesão a valores tradicionalistas, quer por imersão no individualismo contemporâneo que pouco espaço daria para novas formas coletivas, associativas ou solidárias de ser estar no mundo”.

Os comentários de Sposito são provocantes, pois transitam em torno de uma concepção de juventude, que leva em consideração a expressão da diversidade em seus modos e formas de vida e de homogeneidade, pela conquista de mais autonomia (viver suas experiências de modo mais autêntico, mais cientes de suas realidades e do mundo em que estão inseridos) em todas as dimensões, eles, simultaneamente, também são governados, controlados e limitados nas suas formas de ações. Nesse sentido, por mais autonomia que sejam delegadas aos jovens e por eles conquistadas, não possuem condições próprias para intervirem como atores de seus próprios direitos e deveres. Não é por acaso que Sposito intitula parte de seu texto: “compreender a condição juvenil no Brasil: um desafio” (Sposito, 2005, p. 89).

Por todos os motivos até o momento discutidos neste texto, é que se torna inviável tentar compreender a condição juvenil contemporânea, sem deixar de levar em consideração o espaço escolar (educação) e o trabalho. Segundo Teixeira (2004, p. 48) a qualidade da transição é influenciada, pelo menos em parte, no grau de comprometimento do indivíduo com a profissão escolhida, que está associado às expectativas diante do curso universitário e do envolvimento com as atividades de formação e de atitudes de preparação para esta transição. Nos vários momentos desta trajetória universitária os jovens reavaliam suas expectativas, objetivos e projetos, planejam esta transição. “A conclusão do curso universitário, portanto, implica em uma reavaliação das escolhas realizadas, das experiências vividas até o momento e, também, uma antecipação do que está por vir, tanto em termos profissionais como não profissionais”.

Rocha-de-Oliveira (2012) diz que a passagem da escola/universidade para o mercado de trabalho é parte de um processo muito maior e mais significativo que o início das atividades laborais; é o início da vida adulta. Portanto pode ser considerada como uma passagem profissional e sociocultural e dever ser relacionada aos demais elementos da sociedade. Com isso, percebe-se que os jovens brasileiros constituem um grupo não homogêneo que apresenta diferenças culturais, étnicas, econômicas e sociais,

assim como diferentes aspirações e objetivos relacionados ao campo profissional, pautados por influências externas vividas em seu dia a dia. O termo inserção como Oliveira (2012) que começa ser utilizado na década de 1970, na França para se referir aos jovens que querem ingressar no mercado de trabalho. Gazo (1994) define inserção como o processo de incorporação do indivíduo na sociedade da natureza humana, que é a experiência de ser reconhecido como um membro social, aquisição de valores, oportunidades e também normas e padrões comportamentais e sociais.

Os alunos que terminam o ensino superior possuem inúmeras aspirações como: independência financeira, independência familiar, carreira e\ou emprego estabilizado, status social, profissão como expressão de cidadania (Kabbach, 2004). Porém atualmente as trajetórias dos jovens ter revelado alongamento da inserção devido a uma relação de fatores que se demonstra em seguida (Oliveira, 2012). O primeiro fator conforme Raitz e Petters (2008) são as visíveis transformações em que o mundo passa no século XXI, trazendo fortes impactos e afetando a vida de muitas pessoas, especialmente os jovens, sendo cada vez mais atingidos na sua forma de socialização, na relação que estabelecem com a educação e trabalho, nos seus modos de vida, nos seus pensamentos.

Em consequência disso acabam perdendo muitas vezes a idéia de que são responsáveis pela própria história e acaba que faltam perspectivas para o futuro. A escolha profissional pode gerar dificuldades de inserção, onde o estudante nem sempre acerta devido á falta de suporte e orientação profissional, falta de condições financeiras, por desinteresse, por desconhecimento, ou ainda porque a escolha é feita por imposição familiar. A fase crítica de formação física e emocional, prazos e pressão do vestibular também acabam prejudicando esse processo (Kabbach, 2004). Schiessl (2004) também complementa que a escolha profissional configura-se como um fato significativo que muda a vida das pessoas e favorece a integração do homem com o trabalho e, conseqüentemente facilita sua inserção na sociedade. Para amenizar os efeitos de uma escolha errada devem ser embutidos os serviços de orientação profissional que articulados com a família, escola, comunidade e apoiada nos meios de informação para colaborar com o jovem no seu processo de identidade profissional.

Outro fator são os estágios durante o curso de extrema importância para o aluno construir uma visão realista da futura da profissão (Mello, 2007, Carrano, 2009) e um momento de aproximação do aluno ao dia a dia. Dessa maneira, a falta desses pode gerar dificuldades de inserção do aluno no mercado de trabalho. A falta de apoio ao

jovem e de seu preparo para o mercado de trabalho é muito importante em todo o processo de inserção, pois se não tiver pode vir a prejudicá-lo emocionalmente. As consequências são geradas devido aos seguintes fatores: perda da condição de aluno e do apoio da escola, perda da influência da família e necessidade de construir uma identidade própria e ainda falta do status de trabalhador e apoio da empresa. Esses fatores produzem sentimentos de impotência, insegurança, apatia e desorganização, fazendo com que esses jovens tenham comportamentos antissociais, fujam da realidade e até mesmo adoeçam (Mello, 2007).

Outro fator de relevância na inserção profissional sugere-se ser a qualidade da instituição frequentada comprovada pelo êxito da inserção profissional (Camarano, 2004). Além, dos aspectos relacionados com a organização dos cursos e o trabalho docente. No caso do último, considera-se a falta de motivação para a aprendizagem e o desprazer com o conhecimento, como resultantes da inadequação dos professores aos novos tempos. Esses associados com a qualidade da comunicação docente em transmitir conteúdos e o seu relacionamento com os estudantes, até mesmo com relação aos conteúdos que não foram adquiridos na Educação Básica. Os professores que fazem parte integrante da universidade se encontram despreparados para receber o público jovem do contexto social e econômico moderno. Dessa maneira, deve-se rever o modelo de rebeldia e criatividade que se tem da juventude atual e realmente contribuir para que esses jovens tenham integração na vida adulta.

A família de origem influencia muito nas escolhas e no comportamento futuro do jovem. Sabe-se que alunos de uma família com melhor condição financeira e maior escolaridade dos pais, as vezes conseguem empregos com salários mais altos, isto devido á rede de contatos e amizades tecidas. Já jovens de origem mais carentes tendem a escolher cursos menos concorridos (Carrano, 2009). Em uma visão mais futurista o aprendizado da família serve de base para o relacionamento no ambiente de trabalho (Oliveira, 2012).

A ausência de uma política de intervenção aos jovens que terminam o Ensino Médio, do período que vai da entrada no Ensino Superior até a inserção na vida profissional, nos leva a dizer que é necessário que as instituições de Ensino Superior se atentem para essa situação e organizem uma atuação correspondente ao compromisso que tem em relação à comunidade (Kabbach, 2004). Pode-se concluir com Carrano (2009) que atualmente algumas universidades brasileiras estão despreparadas para receber esse aluno que necessita de muitas informações para sua formação e inserção

profissional, muitas vezes, não interferindo, nem colaborando para melhora desse quadro, ocorrendo assim muitas dificuldades no processo de acesso, formação e, por sua vez, na inserção profissional. A maioria dos jovens indica que a universidade não os prepara para o mercado de trabalho (Mello, 2007).

Essa intervenção consiste de acordo com Melo (2007), em a aplicação de contextos mais próximos do aluno, o treinamento de habilidades de tomada de decisão e busca de emprego, desmistificações de percepções e de conceitos que reforcem a conduta passiva frente ao mercado de trabalho, construção de programas de desenvolvimento pessoal para estudantes com problemáticas específicas, integração a uma política de emprego que facilite a atuação em nível micro textual, poderia garantir uma passagem mais tranquila na vida profissional, bem como o ingresso mais rápido na sociedade e para vida adulta.

Considerações finais.

Os resultados mostram que as mudanças no mundo contemporâneo geram um prolongamento na inserção profissional dos jovens devido a um descompasso entre estes e suas famílias, universidades e mundo do trabalho. Diversos fatores corroboram para isso: dúvidas na escolha profissional, ausência de estágios, falta de apoio da família, falta de adequação das universidades e do governo no contexto apresentado. Fatores diversos apresentados no texto fundamentados por aspectos individuais, contextuais e sociais. Para amenizar esses problemas que acabam dificultando o processo de inserção e de uma passagem mais tranquila da universidade ao mundo laboral, se sugere mais investimentos em orientações vocacional e profissional.

A comprovação do pressuposto que a raiz da formação do jovem atual está dentro dos regimes de organização do trabalho e as mudanças nele sofridas durante o século XX e nos 15 (quinze) anos do século XXI, pois trouxeram como características: a revolução tecnológica, nova forma de organização do trabalho, flexibilização e polivalência no trabalho, aumento do nível de qualificação da mão de obra. Todas essas mudanças no cenário mundial, sócio-econômico e tecnológico, nos possibilitaram a identificação de gerações desenvolvidas a partir de influências sócio-históricas e a educação é influenciada de acordo com cada geração que se modifica.

Hoje a geração que saiu recentemente do ensino superior é uma geração tecnológica, conectada ao mundo digital, desta maneira, o que se espera é que o mundo

também esteja conectado, além de aberto ao diálogo. A sociedade ainda não possui conhecimento profundo das mudanças que esse mundo do trabalho trouxe e que influenciam diretamente na vida dos seus filhos e alunos. Saber que geração o filho pertence e qual o perfil do aluno que se senta no banco da universidade, são primordiais para o início da mudança. O processo de inserção que antes parecia simples, hoje está se alongando, devido às mudanças do mundo contemporâneo e, conseqüentemente do mundo do trabalho

A discussão, ideias e reflexão desse estudo permitiram reconhecer dificuldades que são enfrentadas por esses jovens na atualidade como as transformações no mundo do trabalho contemporâneo e a identificação também da carência de estudos sobre os jovens, inserção, escolha profissional, educação profissional e orientação vocacional. Nessa perspectiva, há necessidade do incremento de pesquisas na área, fica como sugestão para que possamos alçar voos mais precisos nas políticas públicas para os jovens aprimorando os processos de inserção profissional.

A universidade carece desenvolver projetos de pesquisas mais coerentes com as necessidades individuais, contextuais e sociais dos jovens universitários, introduzindo o jovem mais cedo nesse contexto de atuação profissional. Além do mais, preparando-o nos aspectos psicossociais para desenvolver capacidades e habilidades para sua inserção, desta forma, oferecer disciplinas de planejamento de carreira e programas de orientação profissional e de preparo para o trabalho de qualidade. Nessa perspectiva, as políticas sociais poderiam garantir a continuidade e qualidade dos programas de experiência do primeiro emprego, por meio de incentivo nas organizações, respeitando, claro, às especificidades e as necessidades dentro de um limite de faixa etária.

REFERÊNCIAS

Alfaro, I. (2009). Diagnóstico para las transiciones académico-profesional. In: Sobrado, L. M; Cortéz, A. (Coords.). In: *Orientación Profesional: Nuevos escenarios y perspectivas*. Madrid: Editorial Biblioteca Nueva. p. 221-241.

Almeida, C. S. (2012). A relação entre trabalho e educação no Brasil. In: *IX Seminário nacional de estudos e pesquisas "história, sociedade e educação no Brasil"*. Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba-UFPB. João Pessoa-PB.

Antunes, R. (2003). *Os sentidos do trabalho*. São Paulo: Boitempo.

Antunes, R. (2006). *Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. 4a ed. São Paulo, Cortez, Campinas: Editora da UEC.

Bendassolli, P. F. (2007). *Trabalho e Identidade em tempos Sobrios: insegurança ontológica na experiência atual com o trabalho*. Aparecida, SP: Idéias & Letras.

Carrano, P. (2009). O estado da arte sobre juventude na pós-graduação brasileira. In: Sposito, M. P. *Educação, Ciências e Serviço Social: 1999-2006*. Belo Horizonte: Argvmentvm, p. 180-228.

Camarano, A. A.; Mello, J. L.; Pasinato, M. T.; Kanso, S. (2004). Caminhos para uma vida adulta: as múltiplas trajetórias dos jovens brasileiros. *Instituto de pesquisa econômica aplicada*, n.21, p.11-50, dez.

Cassab, C. (2011). Contribuição à construção das categorias jovem e juventude: uma introdução. In: *Locus: revista de história*, Juiz de Fora, v. 17, n.02 p. 145-159.

De La Garsa, H. T. (2012). La subcontratación y la acumulación de capital en el nivel global In: OSPINA, J. C. C. (Org.). *La subcontratación laboral en américa latina: miradas multidimensionales*. 1. ed. Medellín: Ed. Prégon Ltda., p 17-40.

Dias, M. S. de L.; Soares, D. H. P. (2012). A escolha profissional no direcionamento da carreira dos universitários. *Psicologia: ciência e profissão*, 32 (2), 272-283.

Figuera-Gazo, P. (1996). *A inserção socioprofissional do universitário do universitário/a*. 600 f. Dissertação (Doutorado em Educação), Departamento de métodos de investigação e diagnóstico em educação da Universidade de Barcelona, Universidade de Barcelona, Barcelona.

Groppa, L. A. (2013). Dialética das juventudes modernas. *Revista de educação do Cogeime*, v.13, n.25, p. 9-22, dez.

Kabbach, E. (2004). *Escolha profissional nos primeiros anos do Ensino Superior: embate de aspirações e frustrações*. 106 f. Dissertação (Mestrado em Educação), Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Católica de Santos, Santos-SP.

Migliavacca, A. (2010). Condições de trabalho do professor. In: Oliveira, D. A. ; Duarte, A. M. C.; Vieira, L. M. F. *DICIONÁRIO: trabalho, profissão e condição docente*. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação.

Mello, S. L.; Borges, O. L. (2007). A transição da universidade ao mercado de trabalho na ótica do jovem. *Psicologia ciência e profissão*, Natal, v.27, n.3, p.376-395.

Moreno, R. M. L.; González, A. M.; Gazo, F. M. P.; Espinar, R. S. (2008) *Del estudis universitaris al món del treball*. La construcció del projecte professional. Barcelona: Universidade de Barcelona.

Neffa, J. C. (2012). Subcontratación, tercerización y precarización del trabajo y el empleo: una visión regulacionista desde la economía del trabajo y el empleo. In:

- Ospina, J. C. C. (Org.). In: *La subcontractación laboral en américa latina: miradas multidimensionales*. 1. ed. Medellín: Ed. Prégon Ltda, p. 69-100.
- Oliveira, S.R. (2012). Inserção profissional: perspectivas teóricas e agenda de pesquisa. *Revista pensamento contemporâneo e administração*, Rio de Janeiro, v. 6, n.1, jan/mar.
- Pais, J.M. (1993). *Culturas Juvenis*. Porto: Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- Pais, J.M. (2001). *Ganchos, Tachos E Biscates: jovens, trabalho e futuro*. Pôrto: Âmbar.
- Pochmann, M. (1998). *O movimento de desestruturação do mercado de trabalho brasileiro nos anos 90: uma análise regional*. Campinas, Cesis/IE/Unicamp, mimeo.
- Raitz, T. R.; Petters, L. C. F. (2008). Novos desafios dos jovens na atualidade: trabalho, educação e família. *Psicologia e sociedade*, Itajaí, v. 20, n.3, p.408-416.
- Silva, F. S. (2006). O mundo do trabalho e as novas competências profissionais para o pedagogo. *Inter-ação: Revista faculdade de educação*, Goiás, v.31, n.1, p.139-156.
- Santos, C. F.; Ariento, M.; Diniz, M. V.; Dovigo, A. A. (2011). O processo evolutivo entre as gerações X, Y, e baby bomers. XIV *Semead Seminários em Administração*. Disponível em: <<http://www.ead.fea.usp.br/semead/14semead/resultado/trabalhosPDF/221.pdf>> acesso em janeiro de 2015.
- Schiessl, C. S.; Sarriera, J. C. (2004) *Desafios do mundo do trabalho: orientação, inserção e mudanças*. Porto Alegre: EDPUCRS, p.1-37 (livro).
- Sposito, M. P. (2005). Algumas reflexões e muitas indagações sobre as relações entre juventude e escola no Brasil. In: ABRAMO, Helena (org.); BRANCO, Pedro Paulo Martoni (org.). *Retratos da juventude brasileira: Análises de uma pesquisa nacional*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.
- Shinyashiki, E. (2011). A Geração Z e o mercado de trabalho. Disponível em: <<http://www.vitrinepublicitaria.net/opiniao.asp?menucodigo=29>> Acesso em fevereiro 2015.
- Sukarieh, M.; Tannock, S. (2015). *Youth rising? The politics of youth in the global economy*. Nova York: Ed. Routlead.
- Valore, A. L.; Selig, G, G. (2010). A. Inserção profissional de recém-graduados em tempos de inseguranças e incertezas. *Estudos e pesquisas em psicologia*, Rio de Janeiro, v.10, n.2, p.390-404.